

Artigo

*Movimento sindical
e seus desafios
a curto prazo*

3**Convenção 151**

*Projeto que ratifica
norma internacional já
está no Senado*

4**“Dez” mais**

*“Cabeças” elegendem
os parlamentares
mais influentes do
Congresso*

5 a 8**Opinião**

*Se tucanos lançarem
chapa pura, Lula pode
ser vice de Dilma*

12

Participação da mulher na política

A participação das mulheres nos cargos eletivos nos Poderes Legislativo e Executivo não reflete a importância delas na sociedade. Mas esse quadro pode mudar com as recentes alterações na legislação eleitoral e a presença provável de três representantes do gênero feminino na eleição presidencial.

É consenso na sociedade de que a escassa presença das mulheres no exercício de cargos eletivos decorre, em grande medida, da ausência de incentivos e de meios para ampliar as oportunidades, tanto de participação, com garantia de equilíbrio entre os sexos, quanto de meio e recursos para divulgar o trabalho realizado pelo gênero feminino.

As recentes alterações na legislação eleitoral garantiram três conquistas importantes às mulheres: 1) a obrigatoriedade de que pelo menos 30% das vagas nas chapas à eleição proporcional serão ocupadas por elas; 2) os partidos deverão destinar pelo menos 5% de suas receitas para os programas de interesse das mulheres; e 3) a garantia de que pelo menos 10% do tempo de rádio e TV do partido serão destinados a difundir a participação feminina na política.

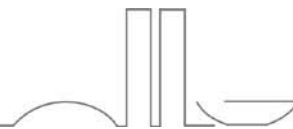
Paralelamente a isto, pelo menos três mulheres poderão ser candida-

tas à Presidência da República, sendo uma ministra de Estado, Dilma Rousseff (PT), outra ex-ministra, a senadora Marina Silva (PV/AC), e a ex-senadora e atual vereadora em Maceió, Heloísa Helena (PSol).

As perspectivas reais de eleição de uma mulher Presidente da República em 2010, além do estímulo à candidatura feminina na disputa de outros cargos nas eleições gerais do próximo ano, certamente irão contribuir para ampliar a presença deste gênero na ocupação de cargos eletivos no Brasil.

O desempenho profissional de mulheres nas mais variadas atividades é igual ou superior ao dos homens, numa demonstração cabal de que a ampliação da presença feminina na política será muito positiva, tanto pela capacidade de realização, quanto pela sensibilidade do gênero no trato das questões complexas e delicadas.

Que 2010 seja o início desse processo de crescimento da presença feminina em cargos eletivos, como já vem ocorrendo na iniciativa privada, onde as mulheres cada vez mais ocupam postos de mando, na alta direção, e sempre com muito sucesso.



Publicação do DIAP
Departamento Intersindical de
Assessoria Parlamentar

BOLETIM DO DIAP
Ano XVI - Nº 232 - Outubro de 2009

Publicação mensal do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
 SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/7
 70093-900 - Brasília-DF
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson Alves, André dos Santos,
 Antônio Augusto de Queiroz,
 Marcos Verlaine e Viviane Ponte Sena

Página: www.diap.org.br

Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3321-8200

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente: Celso Napolitano
 (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes:

José Gabriel Teixeira dos Santos (CNTI)
 Aramis Marques da Cruz
 (SINDICATO NACIONAL DOS MOEDEIROS)
 João Batista da Silveira (SAAE/MG)
 Jacy Afonso de Melo (SEEBB/DF)
 Lúcio Flávio Costa (FEBRAD)

Superintendente:

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

Suplente: Carlos Lacerda (CNTM)

Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho
 (FNE)

Suplente: Ricardo Nerbas (SINTEC/SP)

Tesoureiro: Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente: Wellington Teixeira Gomes
 (FITEE)

Conselho Fiscal

Efetivos: Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF)
 Itamar Revoredo Knurte
 (Sind. Adm. de Santos/SP)
 José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

Suplentes: José Edmilson Maciel (CSPB)
 José Caetano Rodrigues (CNTS)
 Francílio Pinto Paes Leme (SINPRO/RJ)

Centrais denunciam à OIT perseguição do Ministério Público

No início deste mês, as seis centrais sindicais brasileiras - CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT - enviaram um documento para o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Samovia, denunciando a perseguição perpetuada por integrantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a organização dos sindicatos brasileiros.

Além de denunciar a ingerência e a perseguição ideológica do MPT, as centrais solicitaram uma audiência com Somavia no mês de novembro, oportunidade em que os dirigentes sindicais levarão novos elementos de prova e farão a exposição oral dos fatos.

Na denúncia, as centrais afirmam que os procuradores do Ministério Público atuam de forma generalizada no sentido de tentar desconstruir as decisões tomadas nas assembleias das categorias que estabelecem as contribuições sindicais.

"O procedimento adotado pelo Ministério Público do Trabalho consiste em notificar os

presidentes dos sindicatos para comparecerem em audiência designada em suas dependências, consubstanciando logo em seguida na apresentação de um Termo de Ajuste de Conduta (se comprometendo a não recolher a contribuição dos não sócios)".

E segue: "Depois, numa combinação entre chantagem e aproveitamento, obriga o dirigente a assiná-lo para esclarecer ou defendê-lo das acusações infundadas", diz o documento assinado pelas seis centrais.

Sustentam também no documento que a interferência do MPT afronta claramente a liberdade sindical, bem como os princípios de autonomia determinados na Convenção 98 da OIT, visto que inibem diretamente a autoregulação e sustentação financeira da atividade sindical.

Não há dúvida de que as ações infundadas do MP, na opinião das centrais, são um instrumento de intimidação que muitas vezes é patrocinado pelos patrões. O objetivo da proibição do recolhimento da contribuição assistencial é enfraquecer a organização e o poder de fogo dos trabalhadores.

Não há dúvida de que as ações infundadas do MP, na opinião das centrais, são um instrumento de intimidação que muitas vezes é patrocinado pelos patrões

Movimento sindical: três grandes desafios

*Marcos Verlaine**

O movimento sindical brasileiro ganhou novo e importante impulso com a regulamentação das centrais sindicais. Com o advento da lei, estas entidades passaram a construir e atuar sob uma unidade política e de ação, cujos efeitos e resultados têm sido extremamente positivos para os trabalhadores e para o País.

E neste momento político, o movimento sindical tem três grandes desafios.

O primeiro são as eleições de 2010. O segundo é a sustentação financeira dos sindicatos; e o terceiro diz respeito ao processo de incorporação e organização das mulheres e dos jovens no movimento sindical.

ELEIÇÕES 2010 E OS TRABALHADORES

Na atual legislatura, que começou em 2007 e vai até 2011, os empresários elegeram 219 representantes à Câmara dos Deputados e 27 ao Senado Federal. Estes dados são do início de 2007. Certamente, neste estágio da legislatura, estes números aumentaram.

Para as eleições de 2010, além de estarem em disputa dois projetos antagônicos para a República - um que dá curso às mudanças iniciadas em 1º de janeiro de 2003, e outro que quer a volta ao passado recente do País, subalterno aos interesses externos - há o desafio de os trabalhadores e suas entidades aumentarem sua representação no Congresso Nacional.

O desafio, portanto, para o movimento sindical é eleger o máximo de representantes nos estados para as duas Casas do Congresso, a fim

de fazer avançar sua agenda de interesses no Parlamento.

A eleição de 2010 será decisiva, pois o movimento sindical poderá fazer sua bancada crescer e, com isso, aumentar a possibilidade de impulsionar e alargar a agenda de interesses dos trabalhadores no Poder Legislativo.

Diante desse desafio é aconselhável a intervenção unitária das centrais sindicais nesse processo que se avizinha.

SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

Tema controverso, a sustentação financeira dos sindicatos está indefinida. Setores do movimento sindical que questionam a contribuição sindical ainda não foram capazes de construir uma alternativa que ofereça estabilidade financeira às entidades de base.

O imposto sindical, apesar das críticas, tem possibilitado a sustentação das entidades, que com esses recursos matêm a mobilização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de salário, cujo resultado é o aumento do consumo das famílias.

No Senado, está em discussão o PLS 248/06, do senador Paulo Paim (PT/RS), que regulamenta a cobrança, pelos sindicatos, da taxa assistencial, em razão da celebração da convenção ou acordo coletivo.

Tudo indica que a aprovação deste projeto poderá dar uma solução razoável à questão da sustentação financeira dos sindicatos no País. A proposição agora será votada no plenário do Senado, depois de ter sido aprovada pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Constituição e Justiça (CCJ).

Depois, a matéria vai ao exame da Câmara. Nesta Casa, o movimento sindical precisa intensificar as ações, a fim de que o projeto também seja aprovado pelos deputados.

PRESEÇA FEMININA

As mulheres, no movimento sindical, tal como na política partidária, estão subrepresentadas.

Desse modo, o movimento sindical terá que construir pautas específicas para as mulheres, pois este grupo é majoritário na sociedade. Hoje a presença feminina no mercado de trabalho é maciça até em setores da economia que antes eram eminentemente masculinos.

A construção dessas pautas específicas se constitui num desafio, do contrário, o movimento sindical não conquistará as mulheres para a luta por melhores condições de trabalho e salário. Começa pelo fato de as mulheres receberem salário menor mesmo quando executam tarefas iguais. A construção da igualdade salarial pode ser o primeiro passo.

As mulheres têm demandas específicas e mais abrangentes nas relações de trabalho, que hoje vão além de creche para seus filhos. Brigar para conquistar essas demandas ajudará sobremodo a ganhar mais e mais mulheres para a luta sindical.

As direções sindicais precisam ampliar o espaço feminino nas entidades, pois as mulheres sabem e entendem quais as prioridades e a melhor forma de encaminhá-las. Essa bandeira, se for para valer, não pode ser retórica ou apenas um protocolo de intenções em períodos de disputas eleitorais.

FUTURO: JUVENTUDE

A continuidade da luta dependerá da capacidade das entidades se renovarem. Daí decorre a necessidade de construir políticas para os jovens, cada vez mais avessos às formas tradicionais da prática política. Os sindicatos precisam ter um olhar mais generoso para conquistar esse setor altamente exigente da sociedade.

Um 'ator social', como o movimento sindical, e mais concretamente, as entidades - sindicatos,

federações, confederações e centrais - terão que pensar e construir mecanismos para incluir os jovens na luta sindical.

Esse grupo tem problemas e demandas que as entidades sindicais precisam enxergar e propor soluções, como a questão do primeiro emprego, do estágio, e o desemprego, que afeta, principalmente, os jovens entre 16 a 24 anos.

Abrir espaço para os jovens nas

direções sindicais pode ser o primeiro passo no caminho da inclusão desse amplo, complexo e heterogêneo setor social que precisa ser conquistado para a luta por um mundo melhor.

Os desafios são imensos mas é preciso começar a enfrentá-los com vistas à construção de um movimento sindical mais forte para as lutas de hoje e de amanhã.

(*) *Jornalista, analista político e assessor parlamentar do DIAP*

Convenção 151 da OIT já está no Senado

Já está numerado no Senado Federal o projeto que ratifica a Convenção 151 da OIT sobre as relações de trabalho na Administração Pública. Trata-se do PDS 819/09, que também incorpora a Recomendação 159 da OIT, ambas de 1978. A Convenção 151 integra a "Agenda Positiva do Movimento Sindical" no Congresso.

Na Câmara, a matéria tramitou como projeto de decreto legislativo (PDC) 795/08 e foi aprovado em sessão extraordinária do plenário no dia 1º de outubro. A votação foi simbólica, sem o registro do voto nominal de cada parlamentar.

O PDS 819 aprova, com ressalvas, os textos da Convenção 151 e da Recomendação 159, da OIT, que tratam das Relações de Trabalho na Administração Pública.

De acordo com o projeto aprovado, são consideradas pessoas empregadas pelas autoridades públicas e abrangidas pela Convenção 151 da OIT os empregados públicos ingressos na Administração Pública mediante concurso público regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e também os servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no plano federal, e os servidores públicos, nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos.

A proposição também considera

como organizações de trabalhadores abrangidas pela Convenção apenas as organizações constituídas nos termos do art. 8º da Constituição Federal, que diz textualmente:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro

da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

O projeto será examinado inicialmente pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Depois, irá a voto no plenário do Senado. Se houver uma forte pressão por parte do movimento sindical no Senado é possível aprovar a matéria ainda este ano na Casa.

PAUTA TRABALHISTA

A Convenção 151 é parte integrante da "pauta trabalhista" aprovada pelas centrais sindicais e apresentada ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB), em maio passado.

Compõem ainda essa agenda a proposta (PEC 231/95), que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salário, com acréscimo de 75% sobre a hora extra normal; o fim do fator previdenciário (PL 3.299/08); a Convenção 158, da OIT, que trata da demissão imotivada; a retirada do projeto de terceirização (PL 4.302/98); e a punição ao trabalho escravo (PEC 438/01).



“Cabeças” elegem os “Dez” mais influentes do Congresso em 2009

Antônio Augusto de Queiroz*

O DIAP concluiu, no dia 16 de outubro, a pesquisa para a eleição dos “Dez” parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo opinião dos próprios deputados e senadores. Votaram 75 dos 100 “Cabeças” do Congresso, sendo 56 deputados e 19 senadores.

Há 13 anos, o DIAP, após divulgar a lista dos 100 “Cabeças”, faz a pesquisa entre eles para a eleição dos “Dez” mais influentes, segundo critério e visão pessoal de cada parlamentar, podendo votar em qualquer detentor de mandato no legislativo federal, independentemente de fazer parte ou não da lista dos “Cabeças”.

A pesquisa para a eleição dos dez, além de revelar os mais influentes a partir da opinião dos próprios parlamentares, serve para aferir a qualidade dos critérios utilizados pelo DIAP na indicação dos 100 “Cabeças”, já que os congressistas podem votar inclusive em parlamentares que não estejam entre os “Cabeças”.

Veja a tabela com a ordem de votação dos dez parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.

A pesquisa foi respondida por 56 deputados e 19 senadores, pertencentes aos seguintes partidos: 18 do PT, 11 do DEM e 11 do PSDB, oito do PMDB, cinco do PSB e cinco do PDT, quatro do PCdoB, três do PTB, e dois dos seguintes partidos: PP, PPS, PR, PSol e PV.

O resultado da pesquisa, que eleger seis deputados e quatro senadores como os mais influentes, fornece algumas pistas importantes sobre critérios para a escolha dos deputados e senadores mais influentes.

A primeira é que o aspecto institucional possui peso decisivo, tanto que somente um dos eleitos, o presidenciável **Ciro Gomes**, não é atualmente presidente de partido, líder de bancada ou membro das Mesas Diretoras das Casas do Congresso.

Posição	Nome	Nº do votos	Status
1º	Deputado Michel Temer (PMDB/SP)	51	Presidente da Câmara
2º	Deputado Henrique Fontana (PT/RS)	28	Líder do Governo na Câmara
3º	Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP)	23	Líder do PT na Câmara
4º	Deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO)	22	Líder do DEM na Câmara
5º	Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	21*	Líder do PMDB na Câmara
6º	Senador José Sarney (PMDB/AP)	21*	Presidente do Senado
7º	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	20	Líder do Governo no Senado
8º	Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)	19	Líder do PT no Senado
9º	Deputado Ciro Gomes (PSB/CE)	18	Vice-líder do Bloco PSB, PCdoB, PMN, PRB
10º	Senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)	17	Líder do PSDB no Senado

(*) critério de ordem alfabética para desempate

A segunda é que, neste ano, os deputados fizeram prevalecer o fato de a Câmara possuir seis vezes mais parlamentares do que o Senado na escolha da elite do Congresso Nacional. Em 2008, os parlamentares haviam equilibrado seus votos entre deputados e senadores, elegendo metade de cada Casa do Congresso.

A terceira é que os parlamentares que compõem a base de apoio ao Governo estão numericamente melhor representados na elite, com oito congressistas. São quatro parlamentares do PMDB, três do PT e um do PSB. A oposição eleger apenas dois parlamentares entre os mais influentes: um deputado, **Ronaldo Caiado**, do DEM, e um senador, o líder do PSDB no Senado, **Arthur Virgílio**.

A quarta é que há heterogeneidade do ponto de vista profissional entre os dez mais influentes. São três empresários, dois médicos, dois advogados, dois economistas e um diplomata.

A quinta é que a região mais pobre, a Norte, empatou com a mais rica, a Sudeste, com três parlamentares cada na elite, sendo que nesta todos os eleitos são de São Paulo, enquanto naquela os eleitos pertencem a três estados distintos. Os representantes da região Norte são todos senadores e da Sudeste são dois deputados e um senador. A região Nordeste eleger apenas dois, um do Ceará e outro do Rio Grande do Norte, e as regiões Sul e Centro-Oeste elegeram um cada, re-

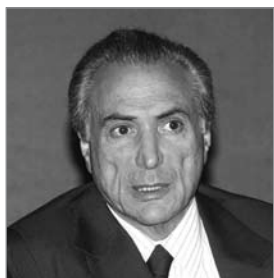
presentando os estados de Rio Grande do Sul e Goiás, respectivamente.

A sexta é que do ponto de vista partidário, os melhores desempenhos individuais ficaram com o PMDB e o PT, que possuem respectivamente, quatro e três parlamentares mais influentes. Empatados, com um parlamentar na elite, estão o DEM, o PSDB e o PSB.

Logo depois deste primeiro grupo da elite parlamentar, com votação expressiva, está um grupo de deputados e senadores com elevado grau de influência, como o senador **Renan Calheiros** (PMDB/AL), líder da Maioria no Senado, com 16 votos; os deputados **José Carlos Aleluia** (DEM/BA), vice-líder do DEM na Câmara, **Flávio Dino** (PCdoB/MA), vice-líder do Bloco parlamentar PSB, PCdoB, PMDN e PRB, e o senador **Pedro Simon** (PMDB/RS), com 13 votos cada. O senador **José Agripino** (RN), líder do DEM, obteve 12 votos e ocupa a 15ª posição.

O resultado da pesquisa, como se observa, permite muitas interpretações, inclusive do ponto de vista conjuntural, político e reputacional. No link (resultado dos Dez mais de 2009), na página do Diap na internet, o leitor encontrará a lista completa com o voto dos parlamentares que foram citados como influentes na pesquisa entre os “Cabeças” do Congresso de 2009.

(*) *Jornalista, analista político, coordenador da pesquisa e diretor de Documentação do DIAP*



1° - DEPUTADO MICHEL TEMER - PMDB/SP

Deputado, 6º mandato, advogado e professor. Parlamentar de boa formação intelectual, com doutorado em Direito, é um dos poucos juristas do Congresso. Procurador-Geral e secretário de Segurança Pública no Governo Franco Montoro, quando criou a Delegacia da Mulher, e Procurador-Geral, secretário de Segurança Pública e secretário de Governo na gestão do governador Luiz Antônio Fleury Filho. Preparado, articulado e didático na forma de expor, foi eleito e reeleito presidente da Câmara dos Deputados nos períodos 1997-1998, 1999-2000 e 2009-2010. Como presidente da Câmara, assumiu interinamente a Presidência da República em duas ocasiões. Presidente nacional do PMDB, já foi líder do partido na Câmara no período 1995-1997. Foi relator da Emenda Constitucional 20/98, da reforma da Previdência. Um dos principais operadores das reformas constitucionais no Governo FHC, é um dos mais influentes integrantes da elite parlamentar. Das 16 edições dos "Cabeças" do Congresso Nacional, esteve ausente apenas na primeira publicação, de 1994, quando exercia o cargo de secretário de Segurança do Estado de São Paulo. Destaca-se como formador de opinião.

2° - DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - PT/RS

Deputado, 3º mandato, médico e administrador de empresas. Iniciou a trajetória política como vereador, por dois mandatos, e secretário municipal de Saúde de Porto Alegre, sua principal base eleitoral. No primeiro mandato de deputado federal, foi um dos principais interlocutores do Governo de Olívio Dutra no Congresso. Foi presidente da CPI dos Planos de Saúde e um dos coordenadores da Frente Parlamentar da Saúde. Articulado, foi vice-líder do PT na Câmara, onde se destacou nos encaminhamentos sobre questões de saúde, pacto federativo, reforma tributária e legislação eleitoral. Assumiu também a liderança da bancada e ocupa atualmente o cargo de líder do Governo na Câmara. Está pela sexta vez (2001, 2003 e 2006 a 2009) na relação dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Destaca-se como debatedor.



3° - DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - PT/SP

Deputado, 1º mandato, médico. Atual líder do PT, estreou no Parlamento federal como coordenador da vitoriosa campanha do deputado Arlindo Chinaglia à Presidência da Câmara. Exerceu o cargo de deputado estadual, quando presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão Especial de Consolidação das Leis do Estado de São Paulo e a vice-presidência da Comissão de Finanças e Orçamento. Na Assembléia Legislativa, foi o deputado que mais alterou a Constituição do Estado de São Paulo, sendo responsável por 54 modificações. É de sua autoria a criação do Sistema de Sangue do Estado de São Paulo e o Código do Idoso do Estado. Como deputado federal, já coordenou o Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis. É autor do PL 1.987/07, que consolida as leis do trabalho. Parlamentar articulado, foi presidente da comissão especial que analisou a PEC 511/06, instituindo novas regras de edição e tramitação de medidas provisórias. Compõe pela terceira vez a elite do Congresso Nacional.

4° - DEPUTADO RONALDO CAIADO - DEM/GO

Deputado, 4º mandato, médico e empresário rural. Fundador e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), representa os interesses dos profissionais da área da saúde e dos proprietários rurais no Congresso. Presidente do DEM no Estado de Goiás, é vice-presidente nacional do Democratas para assuntos de saúde. Em 1989 disputou a Presidência da República pelo PSD. Parlamentar articulado, presidiu a Comissão de Agricultura da Câmara e atua para que o colegiado permaneça sob o comando do seu partido. É líder do DEM na Câmara. De família tradicional no Goiás, é um interlocutor privilegiado dos pecuaristas no Legislativo. Foi coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária. São bandeiras do parlamentar, além do combate às ocupações de terra, a agenda dos agricultores e produtores rurais, para os quais reivindica menores taxas de juros, mais créditos, incentivos e negociações de dívidas. Destacou-se também no debate da reforma política, tendo sido relator do PL 1.210/07 na Câmara, desde 1999, o seletivo grupo de parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Está, portanto, pela 11ª vez consecutiva, na relação dos "Cabeças" do Congresso Nacional. Excelente formulador e negociador, destaca-se como debatedor.



5° - DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - PMDB/RN

Deputado, 10º mandato, advogado e empresário. Membro de família tradicional na política do Rio Grande do Norte, é filho do ex-governador e ex-ministro, Aluísio Alves, e primo do ex-presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho. Membro da bancada da comunicação, tem participação acionária na rádio Cabugi, na Inter-TV (Globo) e na rádio difusora de Mossoró. Relatou na Câmara a Emenda Constitucional 36, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro nos veículos de comunicação. Foi presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, quando recebeu elogios pelo modo democrático como conduziu esse órgão técnico da Câmara, dando-lhe grande dinâmica com a promoção de vários debates sobre a reforma sindical. Discreto em sua atuação parlamentar, é líder da maior bancada na Câmara, a do PMDB. Foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça, uma das mais importantes do Parlamento federal. Na Câmara desde 1971, é o deputado com maior número de mandatos. Das 16 edições dos "Cabeças" do Congresso Nacional, compõe, pela décima vez (1997, 1998, 1999, 2000, 2003 e 2005 a 2009), a relação dos parlamentares mais influentes. Destaca-se como articulador.

6° - SENADOR JOSÉ SARNEY - PMDB/AP

Senador, 5º mandato, advogado, professor universitário, escritor, jornalista e empresário. Sexto ocupante da Cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras desde 1980. É também acadêmico da Academia de Ciências de Lisboa. Um dos políticos mais influentes da República, tem mais de 50 anos, não só de vida pública, mas também de mandatos eletivos ininterruptos. Já passou pelos principais cargos que um homem público pode almejar, tendo sido, por diversas oportunidades, líder partidário e presidente de comissões importantes do Legislativo federal. Pelo Maranhão foi deputado federal em duas legislaturas (1958-1962 e 1962-1966), senador por dois mandatos sucessivos (1971-1978 e 1978-1985) e governador do estado (1965-1970). Vice-presidente e presidente da República (1985-1990), conduziu o difícil processo de transição democrática depois de 21 anos de ditadura militar. Eleito e reeleito senador pelo Amapá, está no terceiro mandato pelo estado (1991-1998, 1999-2007 e 2007-2015). Neste período, presidiu por três vezes o Senado Federal (1995-1997, 2003-2005 e 2009-2011). É reconhecido como excelente articulador e formador de opinião no Parlamento brasileiro. Hoje é defensor e um dos principais conselheiros do Governo Lula no Congresso. É pai da governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB) e do deputado federal Sarney Filho (PV/MA). Parlamentar de grande prestígio, influência e capacidade de articulação, compõe todas as edições dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

**7° - SENADOR ROMERO JUCÁ - PMDB/RR**

Senador, 2º mandato, economista. Político experiente, foi secretário estadual e nacional de Habitação, governador de Roraima nomeado pelo presidente da República, além de presidente da Funai. Parlamentar atuante e articulado, foi vice-líder e líder do Governo no Senado na segunda gestão de FHC. No Governo Lula, foi ministro da Previdência e exerce atualmente o cargo de líder do Governo no Senado. Estudioso de finanças públicas e prático na forma de agir, relatou a reforma tributária em 2003, o Orçamento de 2004 para o ano de 2005 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias em 2006 para valer em 2007. É relator de receitas do Orçamento para 2010. Pós-graduado em Engenharia, é um especialista no Congresso em matéria de infra-estrutura. Hábil negociador, destaca-se como formulador. Compõe, pela 11ª vez, 1998 a 2004, 2006 a 2009, a relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

8° - SENADOR ALOIZIO MERCADANTE - PT/SP

Senador, 1º mandato, economista, professor universitário. Parlamentar de sólida formação intelectual, é respeitado pela qualidade de suas intervenções. Foi coordenador do programa de governo do PT, assessor econômico da campanha presidencial, membro da executiva nacional do partido e deputado federal por dois mandatos. Foi líder do Governo Lula no Senado, quando fez um esforço extraordinário para defender e aprovar os projetos do Poder Executivo naquela Casa do Congresso. Compõe pela 12ª vez a lista dos “Cabeças” do Congresso Nacional. Ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, é um debatedor qualificado em matéria de economia. Com excelente trânsito no Congresso, é presidente da representação brasileira no Parlamento do Mercosul e vice-presidente do Parlamento do Mercosul. Atual líder do PT no Senado, destaca-se como negociador.

**9° - DEPUTADO CIRO GOMES - PSB/CE**

Deputado, 1º mandato, advogado e professor universitário. Chegou à Câmara dos Deputados com a maior votação do País para candidatura proporcional. Político experiente e de projeção nacional, já disputou a eleição presidencial em 1998 e em 2002. Foi deputado estadual por dois mandatos, prefeito de Fortaleza e governador do Ceará. Irmão do governador do Ceará, Cid Gomes, já assumiu vários cargos públicos. Foi ministro da Fazenda no Governo Itamar e ministro da Integração Nacional no primeiro mandato do Governo Lula. É vice-líder do bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB. Um dos operadores temáticos em matéria de economia, também tem se dedicado à discussão da reforma política. Destaca-se como articulador.

10° - SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB/AM

Senador, 1º mandato, diplomata e advogado. Com tradição nas lutas democráticas, é um parlamentar com visão nacional. Foi prefeito de Manaus (89/92), ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e conselheiro de Governo na Presidência da República no segundo Governo FHC. Na oportunidade de seu terceiro mandato de deputado federal, ganhou enorme projeção como líder do Governo Fernando Henrique no Congresso, função que exerceu com dedicação exemplar. Excelente orador, é homem de diálogo e sempre priorizou o debate dos grandes problemas nacionais da tribuna do Congresso, tanto como líder do Governo FHC na Câmara, quanto como líder da oposição no Senado. Um dos principais expoentes do PSDB, líder do partido no Senado, é incansável na oposição ao Governo Lula. Integra o seleto grupo de parlamentares que, quando no exercício do mandato, figura na lista da elite do Congresso. Com grande fluência em assuntos econômicos, destaca-se como debatedor.



**"CABEÇAS" DO CONGRESSO**

Curiosidades da eleição dos "Dez" mais

De acordo com a tradição e o critério adotado, a eleição dos "Dez" mais influentes é feita entre os 100 "Cabeças" do Congresso, que escolhem dez nomes, em geral incluindo deputados e senadores. A partir da apuração dos votos, são identificados os Dez parlamentares mais influentes. Considera-se, portanto, a soma de votos dos deputados e senadores que responderam à pesquisa para efeito da definição dos "Dez" mais.

Em 2009, participaram da pesquisa 75 parlamentares, sendo 56 deputados e 19 senadores, que elegeram seis deputados e quatro senadores como os "Dez" parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Em 1º lugar, com 51 votos, foi eleito o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB/SP); em 2º lugar, com 28 votos, o líder do Governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT/RS); em 3º lugar, com 23 votos, o líder do PT na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (SP); em 4º, com 22 votos, o líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO); em 5º lugar, com 21 votos, o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN); em 6º lugar, também com 21 votos, o presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB/AP); em 7º lugar, com 20 votos, o líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB/RR); em 8º lugar, com 19 votos, o líder do PT no Senado, Aloízio Mercadante (SP); em 9º lugar, com 18 votos, o vice-líder do Bloco PSB/

PCdoB, PMN, PRB, deputado Ciro Gomes (PSB/CE); e, em 10º lugar, com 17 votos, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Entretanto, apenas a título de curiosidade, destacamos alguns dados do relatório da pesquisa relativamente aos votos por Casa do Congresso, que revelam pistas interessantes sobre o pensamento e o voto dos deputados e senadores.

Os dados da pesquisa indicam que os votos dos senadores são muito diferentes dos votos dos deputados. Assim, se contabilizássemos apenas os votos dos 19 senadores em senadores, os seis mais votados seriam: 1º lugar, com 10 votos, senador Arthur Virgílio (PSDB/AM); 2º lugar, com oito votos, senador Aloízio Mercadante (PT/SP); 3º lugar, com sete votos, senador José Agripino (DEM/RN); 4º lugar, também com sete votos, senador José Sarney (PMDB/CE); 5º lugar, com seis votos, senador Paulo Paim (PT/RS); e, em 6º lugar, com seis votos, senador Renan Calheiros (PMDB/AL). A tabulação completa das curiosidades pode ser acessada na página do DIAP na internet.

Igualmente, se extraíssemos do relatório da pesquisa apenas os votos dos 19 senadores nos deputados, os quatro deputados mais votados seriam: 1º lugar, com nove votos, deputado Michel Temer (PMDB/SP); 2º lugar, com cinco votos, deputado Chico Alencar (PSol/RJ); 3º lugar, com quatro votos, deputado Gustavo Fruet (PSDB/PR); e, em 4º lugar, também

com quatro votos, deputado Henrique Fontana (PT/RS).

A pesquisa também aponta que os "Dez" parlamentares mais influentes, segundo visão e voto dos 56 deputados em deputados, corresponde à seguinte ordem: 1º lugar, com 42 votos, deputado Michel Temer (PMDB/SP); 2º lugar, com 24 votos, deputado Henrique Fontana (PT/RS); 3º lugar, com 20 votos, deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP); 4º lugar, com 19 votos, deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO); 5º lugar, com 18 votos, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN); 6º lugar, com 16 votos, deputado Ciro Gomes (PSB/CE); 7º lugar, com 12 votos, deputado Flávio Dino (PCdoB/MA); 8º lugar, com 11 votos, deputado José Carlos Aleluia (PSDB/BA); 9º lugar, com 10 votos, deputado José Aníbal (PSDB/SP); e 10º lugar, também com 10 votos, deputado Sandro Mabel (PR/GO).

Quanto ao voto dos 56 deputados em senadores, a ordem de classificação é a seguinte: 1º lugar, com 16 votos, senador Romero Jucá (PMDB/RR); 2º lugar, com 14 votos, senador José Sarney (PMDB/AP); 3º lugar, com 11 votos, senador Aloízio Mercadante (PT/SP); 4º lugar, com 10 votos, senador Pedro Simon (PMDB/RS); 5º lugar, com 10 votos, senador Renan Calheiros (PMDB/AL); 6º lugar, com nove votos, senador Arthur Virgílio (PSDB/AM); 7º lugar, com sete votos, senador Demostenes Torres (DEM/GO); 8º lugar, com sete votos, senadora Ideli Salvatti (PT/SC); 9º lugar, com sete votos, senador Sérgio Guerra (PSDB/PE); e 10º lugar, com seis votos, senador José Agripino (DEM/RN).



MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA

Troca de legenda obedece a interesse regional com vistas à reeleição

Encerrado o prazo para trocar de partido - 3 de outubro - um ano antes da eleição, 27 deputados federais migraram de legenda. No Senado, apenas três parlamentares tiveram a iniciativa.

De modo geral, as mudanças não obedeceram a critérios programáticos e/ou ideológicos. Ocorreram por razões de ordem mais prática e eleitoral, levando em conta os interesses vinculados à reeleição.

A troca de legenda concentrou-se entre os partidos da base aliada. Não houve grande migração da base para a oposição ou vice-versa, o que reforça a intenção dos parlamentares de facilitar a recondução para o cargo ou a disputa de mandato majoritário.

Os dois deputados do PT que deixaram a legenda para ingressar no PV - Henrique Afonso (AC) e Luiz Bassuma (BA) - justificaram a troca porque o partido de origem defende o aborto. Ambos são contrários à prática e se sentiam desconfortáveis no PT.

No Senado, apenas Mão Santa (PI) trocou de partido considerando impossibilidades de o PMDB conceder-lhe a legenda para tentar a renovação do mandato. Ele preferiu apostar no PSC.

No caso da senadora Marina Silva (AC), a mudança se deu por

divergências políticas profundas, oriundas da época em que era ministra do Meio Ambiente; e também pela sedução de disputar a Presidência da República.

O senador Flávio Arns (PR), oriundo do PSDB, rompeu com o PT devido suas inclinações ético-morais. Ele é católico. Seu retorno ao ninho tucano não chega, portanto, a ser novidade.

Lista completa do troca-troca no Congresso:

Deputados

- Bispo Rodovalho (DF) - deixou o DEM; foi para o PP
- Carlos A. Canuto (AL) - deixou o PMDB; foi para o PSC
- Davi Alves (MA) - deixou o PDT; foi para o PR
- Dr. Nechar (SP) - deixou o PV; foi para o PP
- Edmar Moreira (MG) - havia deixado o DEM; foi para o PR
- Geraldo Pudim (RJ) - deixou o PMDB; foi para o PR
- Geraldo Tadeu (MG) - deixou o PPS; foi para o PSDB
- Henrique Afonso (AC) - deixou o PT; foi para o PV
- Jairo Carneiro (BA) - deixou o DEM; foi para o PP
- Jefferson Campos (SP) - deixou o PTB; foi para o PSB
- José Carlos Araújo (BA) - deixou o PR; foi para o PDT
- José Carlos Vieira (SC) - deixou o DEM; foi para o PR

- Laerte Bessa (DF) - deixou o PMDB; foi para o PSC
- Luiz Bassuma (BA) - deixou PT; foi para o PV
- Manoel Júnior (PB) - deixou o PSB; foi para o PMDB
- Marcelo Itagiba (RJ) - deixou o PMDB; foi para o PSDB
- Márcio Marinho (BA) - deixou o PR; foi para o PRB
- Marcondes Gadelha (PB) - deixou o PSB; foi para o PSC
- Nilmar Ruiz (TO) - deixou o DEM; foi para o PR
- Pastor Manuel Ferreira (RJ) - deixou o PTB; foi para o PR
- Pastor Pedro Ribeiro (CE) - deixou o PMDB; foi para o PR
- Rita Camata (ES) - deixou o PSDB; foi para o PMDB
- Severiano Alves (BA) - deixou o PDT; foi para o PMDB
- Silvio Costa (PE) - deixou o PMN; foi para o PTB
- Uldurico Pinto (BA) - deixou o PMN; foi para o PHS
- William Woo (SP) - deixou o PSDB; foi para o PPS
- Zequinha Marinho (PA) - deixou o PMDB; foi para o PSC

Senadores

- Expedito Junior (RO) - deixou o PR; foi para o PSDB
- Flávio Arns (PR) - deixou o PT; foi para o PSDB
- Mão Santa (PI) - deixou o PMDB; foi para o PSC
- Marina Silva (AC) - deixou o PT; foi para o PV

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**Próximo passo é pautar no plenário do Senado**

Uma importante etapa foi superada para a regulamentação da contribuição assistencial destinada a financiar negociações coletivas e demais atividades sindicais. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, no dia 14 de outubro, o parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) favorável ao PLS 248/06, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que regulamenta a cobrança da taxa assistencial pelos sindicatos. Agora, o texto deve ser votado e aprovado no plenário do Senado. Depois, segue para análise na Câmara dos Deputados

Durante a reunião da CCJ, o senador Antonio Carlos Junior (DEM/BA) chegou a pedir vista do projeto para analisá-lo. Mas, o senador Paim argumentou que a proposição já tinha sido aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos, já tendo, portanto, sido intensamente discutida.

Paim apelou para que o senador baiano deixasse o projeto ser aprovado no colegiado e que os novos debates fossem realizados no plenário do Senado. De pronto, o senador baiano retirou o pedido de vista e o PLS 248/06 foi aprovado em votação simbólica, sem o registro de voto de cada senador que integra a CCJ.

ATUAÇÃO DO FST

Nessa importante vitória em favor da regulamentação da contribuição assistencial, desta-

camos o trabalho do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e de outras entidades sindicais que, desde o início da tramitação do projeto, trabalharam incansavelmente pela aprovação.

De acordo com o texto aprovado, o percentual da contribuição assistencial e a forma do seu rateio serão decisões de assembléia-geral dos trabalhadores, que soberanamente poderá instituir a cobrança de, no máximo, 1% da remuneração bruta de todos os trabalhadores em atividade

Ao defender a regulamentação da cobrança da taxa assistencial, Paim foi taxativo: “as entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou convenção coletiva e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical. É necessária uma norma legal que acabe com

a insegurança jurídica no que se refere à contribuição assistencial”.

REGRAS CLARAS PARA O DESCONTO

De acordo com o texto aprovado, o percentual da contribuição assistencial e a forma do seu rateio serão decisões de assembléia-geral dos trabalhadores, que soberanamente poderá instituir a cobrança de, no máximo, 1% da remuneração bruta de todos os trabalhadores em atividade.

A decisão da assembléia-geral deverá ser cumprida pelos empresários sob pena de proibição de recebimento de empréstimos ou financiamentos bancários de entes públicos, bem como de participar de concorrências públicas, entre outras punições previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Empresas públicas ou órgãos públicos que se recusarem a efetuar a cobrança da taxa assistencial estarão passíveis de responder criminalmente por ato de improbidade administrativa.

Faz-se necessário, nesse momento, que o movimento sindical intensifique a mobilização para que o PLS 248/06 seja incluído na pauta de deliberação do plenário do Senado e que os senadores sejam convencidos da importância, necessidade e urgência da aprovação da proposta.



Movimento sindical se prepara para 1ª Conferência Nacional de Comunicação

André Santos

No contexto das discussões de uma nova regulação para os meios de comunicação de massa, a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) e o deputado Vicentinho (PT/SP) apresentaram projetos de lei que pretendem estabelecer o horário gratuito em rádio e TV para as centrais sindicais.

O PL 6.104/09, da deputada gaúcha, concede espaço em rádio e televisão destinado às centrais sindicais para apresentação de programas de interesse dos trabalhadores. No projeto, a autora destina dez minutos da programação diária, intercalados ou não, no intervalo de 06h às 22h, para a veiculação de matéria audiovisual de responsabilidade das centrais sindicais.

Na justificativa do projeto, a deputada Manuela descreve que “nossa Constituição assegurou o direito de propriedade em seu art. 5º, caput e XXII, ao mesmo tempo em que explicitou que a propriedade atenderá a sua função social” e defende, com base no artigo 221 da Constituição, que a difusão dos programas elaborados pelas centrais sindicais atenda os princípios sociais e de interesse públicos contidos na CF, além de respeitar o direito da população a uma programação de qualidade.

Já o PL 6.257/09, do deputado paulista, determina a veiculação dos programas produzidos pelas centrais sindicais, devidamente regulamentadas pela Lei 11.648, de 31 de março de 2008, nas terças-feiras, entre os horários de 20h às 22h.

Entre os temas que devem ser abordados nos programas, Vicentinho sublinha a discussão de interesse dos representados pelas entidades sindicais, transmissão de mensagens sobre a atuação de associações de classe e a divulgação de posição em relação a questões políticas e comunitárias.

Para o deputado Vicentinho, a “liberdade de expressão é um dos direitos mais importantes para a defesa da democracia”. Ele defende a aprovação do projeto como sendo um mecanismo necessário para que se evite qualquer forma de coerção e inibição à informação.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Recentemente, as centrais sindicais se reuniram para elaborar uma pauta que será apresentada à 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Cerca de 400 dirigentes sindicais e estudiosos da área de comunicação participaram dos debates e aprovaram uma minuta com dez propostas. O objetivo é colaborar com a construção de um sistema

de comunicação que contemple os princípios constitucionais.

As propostas foram formuladas com base em três grandes temas: produção de conteúdo, meios de distribuição do que é produzido e direitos e deveres para uma comunicação democrática.

Para fortalecer a comunicação pública institucional, os dirigentes sugerem a regulamentação do artigo 223 da Constituição, que garante o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Outro tema na pauta é a descriminalização das rádios comunitárias e o estabelecimento de novos critérios, com maior participação popular, para a renovação e novas concessões públicas de rádios no País.

É também reivindicação das representações dos trabalhadores a aprovação de dois projetos apresentados na Câmara dos Deputados que determinam a concessão de um canal aberto para as centrais sindicais e o horário gratuito em rede nacional para essas entidades.

De acordo com os dirigentes sindicais, essas iniciativas estão vinculadas ao artigo 221 da Constituição Federal, que estabelece a preferência nas emissoras de rádio e TV de programações com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Eleição presidencial: o roteiro está traçado

*Antônio Augusto de Queiroz**

O Governo quer uma eleição plebiscitária (fará comparação entre os mandatos presidenciais de Lula e FHC) e a oposição deseja um pleito voltado para debater o futuro, o pós-Lula. 2010 começou mais cedo e promete muita emoção.

Na linha plebiscitária serão atribuídas ao presidente Lula algumas conquistas – como a superação da crise, a descoberta e o marco regulatório do pré-sal, a consolidação dos programas sociais, a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e as Olimpíadas em 2016 no Rio de Janeiro – que serão reforçadas pela exibição, em grande escala, do filme “Lula, o filho do Brasil”.

Os fiadores do Governo Lula, que poderão dar caráter plebiscitário ao pleito e favorecer a candidata oficial, são: 1) o próprio Lula, cuja popularidade supera os 70%; 2) a capilaridade dos programas sociais, ilustrados pelo Bolsa Família, que já beneficia 49 milhões de pessoas, distribuídas em 12,4 milhões de famílias; 3) a economia, que estará gerando emprego no ano da eleição; e 4) o apoio oficial do PMDB, além de outros partidos de médio porte.

Já a estratégia da oposição passará por insistir no fato de que o candidato não é Lula nem o governante será ele, e enfatizará que a candidata é Dilma e que o Governo será dela. E sobre ela, em caráter acusatório, dirão que pouco se sabe, exceto sua condição de ex-guerrilheira, de fazedora de dossiê contra adversários e de pessoa arrogante e autoritária.

Além disto, ainda em relação a Dilma, irão questionar sua história, seus projetos, sua capacidade de exercer as funções de Chefe de Governo, Chefe de Estado e Líder da Nação e, no que diz respeito ao Governo, conforme já antecipou o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), afirmarão que desde 2009 não existe Governo, mas a campanha de Dilma; não há obras a inaugurar, mas festa; nem discurso governamental ou administrativo, mas eleitoral.

As pré-candidaturas de Ciro Gomes, pelo PSB, e de Marina Silva, pelo PV, se prevalecer esse padrão de disputa, dificilmente terão fôlego para evitar a polarização entre PT e PSDB ou entre a candidata do Governo e o candidato da oposição.

É verdade que a população não está plenamente satisfeita com o PT (embora goste muito do presidente Lula), nem tenha saudades do PSDB, o que teoricamente abriria espaço para uma terceira via, mas dificilmente Ciro e Marina, caso confirmem as candidaturas, teriam mais votos que um dos candidatos da oposição ou da situação.

Três coisas são determinantes numa eleição: 1) o tempo de televisão, 2) palanques fortes nos estados e 3) dinheiro para campanha. E os candidatos do PT e do PSDB terão em abundância, enquanto Ciro e Marina são frágeis nesses quesitos.

Assim, de modo mais abrangente, o resultado da eleição presidencial de 2010 dependerá:

1) para o Governo, do desempenho da economia, dos programas sociais, das obras do PAC, da unidade da base de apoio, do caráter plebiscitário ou não da eleição, da capacidade de o presidente transferir votos, e também do desempenho pessoal da candidata.

2) para a oposição, do estrago da crise, da desunião da base aliada do Governo, de quem será o cabeça de chapa, do caráter não plebiscitário do pleito, da avaliação do desempenho dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, do apoio do DEM e do PPS e, principalmente, da aliança entre Serra e Aécio, além da capacidade de atrair apoio de parcela do PMDB.

A oposição não definiu ainda seu candidato. Os nomes são os dos governadores de São Paulo, José Serra, e de Minas Gerais, Aécio Neves. Se o critério for o desempenho nas pesquisas eleitorais, Serra será o candidato. Se o critério for a capacidade de fazer alianças e penetrar em estados dominados por Lula, como os do Nordeste, será Aécio.

Entretanto, se a oposição fizer a opção por uma chapa pura (Serra e Aécio ou Aécio e Serra), e contar com o apoio do DEM e do PPS, além de parcela expressiva do PMDB, poderá surgir o grande fato novo da campanha: Lula renunciar e concorrer à vice de Dilma.

Isto, naturalmente, se a legislação permitir.

() Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*